



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ADAILZA JÉSSICA DA SILVA MONTEIRO  
EDILIENE CRISTINA LAURÊNCIA DOS SANTOS  
NÁTIATARGINO DA SILVA**

**OS LIMITES IMPOSTOS AO DEFICIENTE NOS ESPAÇOS DO  
EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: um estudo sobre os professores com  
deficiência física no CE/UFPB**

**JOÃO PESSOA  
2016.**

**ADAILZA JÉSSICA DA SILVA MONTEIRO**  
**EDILIENE CRISTINA LAURÊNCIA DOS SANTOS**  
**NÁTIATARGINO DA SILVA**

**OS LIMITES IMPOSTOS AO DEFICIENTE NOS ESPAÇOS DO  
EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: um estudo sobre os professores com  
deficiência física no CE/UFPB**

Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Alves da Silva Santiago, como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

JOÃO PESSOA  
2016.

M775a Monteiro, Adailza Jéssica da Silva.

Acessibilidade arquitetônica no Centro de Educação da UFPB: o que dizem os professores com deficiência física e com mobilidade reduzida / Adailza Jéssica da Silva Monteiro, Edilene Cristina Laurência dos Santos, Nátia Targino da Silva.– João Pessoa: UFPB, 2016.

60f. ; il.

Orientadora: Sandra Alves da Silva Santiago  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Acessibilidade – Centro de Educação – UFPB. 2. Deficiência física. 3. Docentes. I. Santos, Edilene Cristina Laurência dos. II. Silva, Nátia Targino da. III. Título.

ADAILZA JÉSSICA DA SILVA MONTEIRO

EDILIENE CRISTINA LAURÊNCIA DOS SANTOS

NÁTIA TARGINO DA SILVA

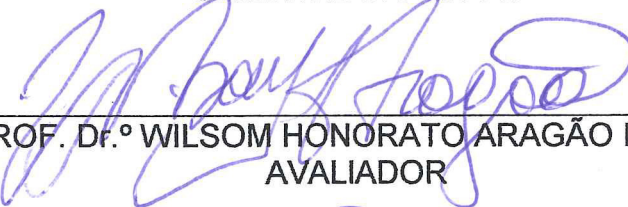
**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO CENTRO DE  
EDUCAÇÃO DA UFPB: O que Dizem os Professores com  
Deficiência Física e com Mobilidade Reduzida**

Aprovada em 30 / 11 / 2016

BANCA EXAMINADORA



PROF<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SANDRA A. S. SANTIAGO DHP/CE  
ORIENTADORA-UFPB



PROF. Dr.<sup>o</sup> WILSON HONORATO ARAGÃO DHP/CE  
AVALIADOR



PROF. Dr.<sup>o</sup> SWAMY DE PAULA LIMA SOARES DFE/CE  
AVALIADOR

CONCEITO FINAL: 10,0

Dedico este trabalho á Deus por nos guiado até aqui, por ter nos fortificado para superar as barreiras, nele tudo podemos, pois o Senhor é o meu pastor; nada me faltará. Ele me faz repousar em pastos verdejantes. Leva-me para junto das águas de descanso; refrigera-me a alma. Guia-me pelas veredas da justiça por amo do seu nome. Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo (...) (BÍBLIA SAGRADA, 1976, Salmo 23).

## **AGRADECIMENTOS**

A meus pais, Maria das Graças da Silva, Adailson Barbosa Monteiro, Sandro Claudino de Oliveira, meus sinceros agradecimentos por tudo que me oportunizaram ser; uma professora, com muito orgulho. Em especial a minha mãe pelo infinito amor e pelo grande apoio, por ter sonhado comigo os meus sonhos, pelos sacrifícios, pela dedicação, incentivo e motivação.

A meu irmão, Cláudio Wesley Freire da Silva por me acompanhar nessa jornada, por todo amor e companheirismo.

A minha amiga, Rachel Gomes de Melo, agradeço por seu companheirismo e dedicação, sua paciência, ajuda, incentivo, compreensão, por toda motivação, afeto e amor.

A meus professores, Josefa do 2º e Rosangela do 3º, por me incentivar no meu gosto pela leitura. Aos professores, Bartolomeu (Língua Portuguesa), Jackson (Matemática) e Mércia Carneiro Solano Lira (Biologia), estes que marcaram minha vida escolar, me ajudando a superar as lacunas do ensino público, por toda dedicação a fim de contribuir para a minha chegada à universidade. Aos Professores, Luciene Cristina Amaral de Lira e Padre Gabriele Giacomelli, Luciene Ribeiro e Ivanildo por contribuírem de forma tão significativa para minha formação, advinda de minha participação no Centro Rural de formação como aluna e posteriormente como professora, me possibilitou desenvolver não só aspectos curriculares, sobretudo para a minha crítica e formação humana.

Aos Professores do curso de Pedagogia, Roberto Rondon, Edilene Santos, Maria Lucia Nunes Maria Ivete Martins, e Sandra Santiago, por contribuírem no meu desenvolvimento acadêmico e por essa paixão pela educação que tanto contagia.

A todos meus familiares que sempre me apoiaram, torceram por mim, contribuíram de diversas formas em minhas barreiras nesse longo percurso, estes que fazem parte do que sou hoje.

A meus amigos, por estarem presente neste percurso, são muitos os que eu poderia citar aqui, de projeto, cada um deixou sua sementinha que hoje flora em mim a vontade de sempre melhorar.

A minha amiga e parceira deste trabalho Edilene Cristina, por seu companheirismo em nossa jornada.

Adailza Jéssica da Silva Monteiro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom e graça da vida, pois sem ele eu não existiria. Sei que a sua mão está posta sobre mim e sobre os meus caminhos. “Tu és o meu refúgio a minha fortaleza, o meu Deus, em quem confio”.

Aos meus pais, principalmente minha MÃE: Maria de Lourdes, por ter estado comigo em cada momento de minha vida dando os conselhos e apoio necessário para hoje ser quem sou. Pelo seu amor incondicional e acolhedor, e por ser esse exemplo de mulher e mãe.

As meus irmãos Telma Ramalho, Eva Ramalho, Livany Ramalho e Edilson Ramalho pelo apoio e compreensão que me deram ao longo de minha vida.

A minha tia Francisca Eunice, pelo seu carinho e orações.

A Francis Raniere, meu namorado, companheiro e amigo que ao longo dessa jornada acadêmica que esteve comigo tendo paciência, carinho e atenção, sempre me dando forças e me incentivando para que eu conquistasse meus objetivos sempre.

A minha amiga irmã Jacinta Moraes, por anos de amizade verdadeira e sincera, pelo seu companheirismo, pela sua paciência nos momentos de ausência, pelo seu apoio e incentivo e por está ao meu lado sempre.

A Jeane Aragão, pelos conselhos dados e conselhos preciosos.

Aos meus amigos de trabalho pelo incentivo e principalmente a Irmã Antonietta de Francesco pelo carinho, palavras de força e paciência comigo.

A minha amiga e parceira deste trabalho Adailza Jéssica por sua doçura e companheirismo ao longo desse trabalho.

A Arneide Almeida, minha amiga que contribuiu com seus conselhos sábios nas decisões necessárias.

Ao Professor Roberto Rondon, pelo exemplo de educador e valores ensinados em sala de aula.

A professora Edilene dos Santos, pelo apoio durante o curso e os ensinamentos passados.

*Edilene Cristina Laurencia dos Santos*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me capacitado durante minha passagem acadêmica e a minha família em especial a minha mãe pelo cuidado e dedicação comigo.

Aos meus professores e Doutores: Luiz Gonzaga pela motivação em sala de aula e elaboração de artigo como também ao meu professor e Dr. Galdino Toscano de Brito por fazer parte do seu projeto de pesquisa que serviu para o meu desenvolvimento acadêmico. Como também agradeço aos meus amigos (as) Francis, Danielle, Edilene e Adailza por estudarmos todos os períodos juntos e vencemos obstáculos e enfrentamos juntos momentos alegres e tristes. E em especial ao meu amigo: Adelson Silva Nascimento pelo apoio. Agradeço também pelo o apoio e incentivo de duas pessoas especiais: Francisca da Silva e Cristiana Ribeiro de Brito por ter ajudado e apoiado minha carreira acadêmica. Agradeço a todos (a) que de forma direta e indireta torceram por mim

*Nátia Targino da Silva*



*“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim”. (Chico Xavier).*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, apresentar uma sistematização de pesquisa, de cunho quantitativo e qualitativo, acerca da acessibilidade dentro do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Nosso trabalho deve-se as diversas limitações encontradas no que diz respeito à pessoa com deficiência, em especial à pessoa com deficiência física, onde nossa pesquisa trás as potencialidades e limitações sobre este tema, tendo como estudo de caso o CE-UFPB. Essas limitações vão desde as dificuldades de locomoção até as barreiras atitudinais que muito dificultam o acesso desses indivíduos ao direito de ir e vir, de executar necessidades básicas, usufruir dos direitos e serviços, ao lazer, à educação, à cultura, ao esporte. No primeiro capítulo fazemos um breve histórico sobre a deficiência física, os seus conceitos e sua etiologia. No segundo capítulo, nos propusemos a fazer um levantamento bibliográfico sobre a acessibilidade no Brasil, como forma de construirmos um panorama teórico que subsidie nosso estudo de caso. No quarto capítulo, o fito teórico e investigativo dar-se-á apresentar reflexões acerca das barreiras enfrentadas, pelas professoras com Deficiência Física em sua docência no Centro de Educação, da acessibilidade e das condições arquitetônicas do CE. Para alcançarmos este objetivo utilizamos a pesquisa empírica com abordagem qualitativa. Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica e empírica, dando ênfase na abordagem qualitativa, apresentando um estudo conciso acerca da acessibilidade. Como instrumentos de pesquisa utilizamos a entrevista semiestruturada. Os resultados revelaram que ainda falta muito no aspecto infraestrutural e social para adequar realidade do público entrevistado a uma acessibilidade realmente digna.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, deficiência física, professores.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to present a quantitative and qualitative research systematization, about accessibility at Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Our research is due to the several limitations found in relation to the person with physical disability, where our research brings the potentialities and limitations on this subject, having as case study the CE-UFPB. These limitations range from the difficulties of locomotion to the attitudinal barriers that make it difficult for these individuals to have access to the right to come and go, to perform basic needs, to enjoy rights and services, to leisure, education, culture and sports. In the first chapter we give a brief history about disability, its concepts and its etymology. In the second chapter, we set out to make a bibliographical survey on accessibility in Brazil, to make a theoretical overview that would subsidize our case study. In the fourth chapter, the theoretical and investigative aim will be to present reflections on the barriers faced by teachers with physical disabilities in their teaching at the Education Center, the accessibility and the conditions and the architectural conditions of the CE. To achieve this goal we use empirical research with a qualitative approach. For this we use the empirical bibliographical research, presenting a concise study about accessibility. As a research tool we used the semi-structured interview. The results revealed that much is still lacking in the infrastructure and social aspect to adapt the reality of the interviewed public to a truly dignified accessibility.

**Key-words:** Accessibility, physical disability, teachers.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Termos e Definições</b>	<b>27</b>
<b>Quadro 2: Área de Aproximação</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 3: Área de circulação</b>	<b>34</b>
<b>Quadro 4: Área de Descanso</b>	<b>35</b>
<b>Quadro 5: Área de Refugio ou Resgate</b>	<b>35</b>
<b>Quadro 6: Área de Transferência</b>	<b>36</b>
<b>Quadro 7: Banheiro</b>	<b>36</b>
<b>Quadro 8: Calçada</b>	<b>39</b>
<b>Quadro 9: Espaço Acessível</b>	<b>41</b>
<b>Quadro 10: Faixa de Travessia de Pedestre</b>	<b>42</b>
<b>Quadro 11: Fatores de Impedância</b>	<b>43</b>
<b>Quadro 12: Impraticabilidade</b>	<b>44</b>
<b>Quadro 13: Local de Reunião</b>	<b>44</b>
<b>Quadro 14: Rampa</b>	<b>45</b>
<b>Quadro 15: Rota Acessível</b>	<b>47</b>
<b>Quadro 16: Rota de Fuga</b>	<b>47</b>
<b>Quadro 17: Serviço Assistido</b>	<b>47</b>
<b>Quadro 18: Uso Comum</b>	<b>48</b>
<b>Quadro 19: Uso Público</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 20: Uso Restrito</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 21: Vestuário</b>	<b>55</b>

## **LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CE – Centro de Educação

DHP – Departamento de Habilitações Pedagógicas

LAD – Laboratório de Aprendizagens Digitais

NADESP – Núcleo de Educação Especial

NBR - Norma Brasileira Regulamentadora

P.C.D - Pessoa com Deficiência

P.C.R – Pessoa Com Cadeira de Rodas

P.M.R – Pessoa Com Mobilidade Reduzida

P.O – Pessoa Obesa

PPGE – Programa de Pós Graduação em Educação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
2	<b>COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA FÍSICA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS</b>	17
	2.1 Conceito e Etiologia de deficiência física	17
	2.2 Limitações e possibilidades para a pessoa com deficiência física	21
	2.3 Conquistas e direitos das pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida no Brasil	22
3	<b>ACESSIBILIDADE NO BRASIL</b>	23
	3.1 Barreiras Arquitetônicas	25
	3.2 NBR 9050: 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	26
4	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	31
	4.1 Tipo De Pesquisa e Instrumentos de Coleta de Dados	31
	4.2 Apresentação e Análise dos dados	31
	4.3 Tipo De Pesquisa e Instrumentos de Coleta de Dados	32
	4.4 Outras Barreiras	55
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	60
6	<b>REFERENCIA</b>	64
	<b>ANEXOS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse desse estudo surgiu a partir de conversas e observações feitas dentro do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre a acessibilidade para pessoa com deficiência física e mobilidade reduzida onde víamos a dificuldade de algumas pessoas e principalmente professoras que possuem alguma deficiência física ou mobilidade reduzida em se locomover dentro do próprio ambiente de trabalho, das lacunas encontradas com relação aos espaços físicos e atitudinais do CE, com relação à pessoa com deficiência física e mobilidade reduzida.

O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo sobre o que é deficiência física e mobilidade reduzida, para sabermos o que acontece na Universidade Federal da Paraíba, mais especificamente no Centro de Educação, no que se refere às pessoas com deficiência, em especial as professoras que trabalham na instituição, com relação à acessibilidade.

Neste estudo usamos alguns referencias teóricos que nos ajudaram a nortear a nossa pesquisa em torno da deficiência física como as leis 10.098/2000 que assegura a possibilidade da Pessoa com Deficiência locomover-se tranquilamente com segurança, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 9050/2015 torna obrigatórias as sinalizações com símbolos para a garantia do direito da pessoa com deficiência fazerem uso desses ambientes, entre outras leis importantes que fazem parte da luta pelos direitos da pessoa com deficiência.

Fazendo um paralelo as leis que garante o direito a pessoa com deficiência a metodologia utilizada em coleta de dados com cunho analítico/comparativo onde analisamos o que a Norma NBR 9050/2015 diz em seus inscitos com relação à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e o que de real temos hoje no Centro de Educação. Nesse sentido fizemos entrevistas com três professoras do Centro de Educação que possuem Deficiência Física e Mobilidade Reduzida sobre o que as docentes a partir de suas limitações observam sobre à acessibilidade dentro do seu ambiente de trabalho.



O trabalho está segmentado em quatro capítulos e a conclusão onde o primeiro faz um breve histórico sobre a deficiência física os seus conceitos e sua etiologia. No segundo capítulo, nos propusemos a fazer um levantamento bibliográfico sobre a acessibilidade no Brasil, como forma de construirmos um panorama teórico que subsidie nosso estudo de caso. No terceiro capítulo, o fito teórico e investigativo dar-se-á apresentar reflexões a cerca das barreiras enfrentadas, pelas professoras com Deficiência Física em sua docência no Centro de Educação, da acessibilidade e das condições arquitetônicas do CE. No quarto capítulo destacamos as análises feitas a partir da ABNT NBR 9050, das entrevistas as professoras e a realidade do CE/UFPB. E, por fim, a conclusão com as nossas considerações a cerca de tudo ao que abordamos em nosso trabalho.

## **2. COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA FÍSICA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS**

Todos são iguais perante a lei segundo a nossa Constituição vigente, mas, na história o que acontecia em nosso país era uma desmedida exclusão da Pessoa com Deficiência. Isso ocorria porque as mesmas eram consideradas inaptas (ou incapazes) de gozar dos seus direitos de cidadão, pois não eram consideradas como tal. De certo modo, e ainda hoje, esses direitos não são plenamente garantidos, embora estes direitos na legislação brasileira estejam inscritos. Como exemplos legais temos a Lei da Acessibilidade, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro 2000; Lei de Inclusão 13.146/2015 entre outras. Na prática, as pessoas com Deficiência Física não possuem total e pleno acesso, devido às barreiras arquitetônicas e atitudinais que ainda muitas.

Neste capítulo serão explanados alguns pontos acerca das causas da deficiência física, o conceito, as limitações sofridas pela Pessoa com Deficiência, além de uma breve análise sobre o que dizem as leis voltadas à Pessoa com Deficiência.

### **2.1 Conceito e Etiologia De Deficiência Física**

As definições para as deficiências são diversas. Tomaremos como base a legislação brasileira, especialmente o Decreto nº 3.298 de 1999 que define Deficiência da seguinte forma:

(...) toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, 1999, Art. 3º)

O mesmo Decreto, no Art. 4º, define Deficiência Física da seguinte maneira: “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física”. (BRASIL, 1999, Art. 4º). De modo detalhado, o Decreto esclarece que a Deficiência Física pode se apresentar sob a forma de:

[...] paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, Art. 4º).

Nesta direção, podemos classificá-las quanto à área do corpo afetada, isto porque a deficiência física apresenta várias formas de comprometimentos e faz-se necessário compreendê-los para que possamos assimilar a respeito do que cada uma acarreta e pode comprometer parcial ou completamente a mobilidade do indivíduo.

A Paraplegia é definida como sendo a perda total das funções motoras dos membros inferiores, ou seja, quando o indivíduo perde totalmente o controle dos movimentos dos membros da cintura para baixo. A paraplegia é causada por lesões medulares recorrente de violências, acidentes e traumas.

Semelhante à paraplegia, na paraparesia, há uma perda nas funções motoras dos membros inferiores, porém neste caso é uma perda parcial, ou seja, o indivíduo perde o controle dos movimentos que dificulta o andar, dependendo da gravidade, pois em cada caso há uma variação, isto porque se deve considerar a gravidade da lesão e os fatores biológicos de cada indivíduo.

A definição da Monoplegia se difere dos tipos citados anteriormente pelo fato de ocorrer com a perda total de suas funções motoras que ocorre em um só membro, porém pode ocorrer no membro inferior ou superior. Já a Monoparesia é a perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior). Compreende-se Triplegia e Triparesia como sendo: Triplegia a perda total das funções motoras e Triparesia a perda parcial, ambas acontecem em três membros.

Já Tetraplegia tem sua definição como sendo a perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores. Este tipo de deficiência física afeta o indivíduo com a perda da função motora dos braços e das pernas o impedindo de movimentar as pernas e também os braços. Diferente da Tetraplegia, na Tetraparesia há uma perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Para entendermos a definição de Hemiparesia buscamos no estudo semântico o significado da palavra para assim compreendermos melhor a definição da deficiência. A palavra paresia vem do grego *páresis*, que quer dizer enfraquecimento e, *hemi*, na sua formação exprime a ideia de metade, sendo a Hemiparesia o enfraquecimento da metade do corpo, ou seja, é quando se tem uma perda parcial das funções motoras em um lado do corpo (direito ou esquerdo).

No mesmo sentido a Hemiplegia também é a perda do movimento em um lado do corpo, porém neste caso se trata de uma perda total, em que se perde a capacidade de movimentar o lado do corpo atingido.

Amputação ou ausência de membro é um termo em que o sentido é bastante compreensível, pois já podemos perceber que, nestes casos os indivíduos têm a perda do membro pela amputação ou por ter nascido sem o membro ou segmento do membro. A ocorrência da amputação é causada por doenças como diabetes, problemas vasculares, acidentes traumáticos, malformações congênitas e etc.

Define-se paralisia cerebral por lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central causando desordens motoras.

A paralisia cerebral é definida como uma desordem do movimento e da postura devido a um defeito ou lesão do cérebro imaturo [...] A lesão cerebral não é progressiva e provoca debilitação variável na coordenação da ação muscular, com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais. Esta deficiência motora central está frequentemente associada a problemas de fala, visão e audição, com vários tipos de distúrbios da percepção, certo grau de retardo mental e/ou epilepsia (BOBATH, 1984, p.1).

Segundo Teixeira (2016), a Paralisia Cerebral (encefalopatia crônica da infância) é um distúrbio não progressivo da motricidade, que se evidencia na movimentação e postura. Esse distúrbio causado por uma lesão ou mal funcionamento do cérebro, o qual ocorre antes dos 3 (três) anos de idade. Pode ocorrer por prematuridade; anorexia perinatal; desnutrição materna; rubéola; toxoplasmose; trauma de parto; subnutrição; entre outras causas.

Ainda segundo o Decreto 3.298 (1999), o comprometimento da função física ocorre por diferentes razões. Dentre elas, destaca-se:

(...) a falta de um membro (amputação), sua má-formação ou deformação (alterações que acometem o sistema muscular e esquelético). Ainda encontraremos alterações funcionais motoras decorrentes de lesão do Sistema Nervoso e, nesses casos, observaremos principalmente a alteração do tônus muscular (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e incoordenados).

Entretanto, também pode ocorrer deficiência física motivada por “alterações motoras decorrentes e lesão do Sistema nervoso”. Quando a deficiência é decorrente deste tipo de lesão, observamos, “principalmente, a alteração do tônus muscular” (BRASIL, 1999, Art. 4º).

Alteração do tônus muscular pode se revelar como uma hipotonia, quando a uma diminuição da resistência ao movimento de uma articulação. Mas, pode ser

também uma hipertonia, quando há um aumento da resistência ao movimento passivo das articulações. Há, ainda, os casos de alteração do tônus provocando “atividades tônicas reflexas” ou “movimentos involuntários e não coordenados”. As atividades tônicas reflexas consistem em movimentos coordenados que ajudam na verificação do sistema nervoso central, possibilitando uma melhor avaliação com relação aos movimentos do indivíduo.

Na mesma direção, o Decreto 5.296(2004) retoma o que definia o Decreto 3.398 (1999). Como Deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, “acarretando o comprometimento da função física”. (BRASIL, 2004). Ainda, segundo o Decreto a Deficiência Física é dividida em: recuperável, definitiva e compensável. É considerado recompensável quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas. A Deficiência Física é compreendida como definitiva quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência. A Deficiência Física compensável é considerada como quando se permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese.

A Deficiência Física também pode ser compreendida a partir de sua etiologia. Neste caso divide-se em: congênita ou adquirida. A deficiência Congênita é considerada quando já existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes do nascimento, isto é, durante a vida intrauterina. A deficiência Adquirida é considerada quando ocorrem depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos, intoxicações, acidentes entre outros fatores que acometem o indivíduo durante a sua vida.

Neste sentido, as causas podem ser variadas. Alguns indivíduos são acometidos na sua formação; em outros casos ocorrem no momento de seu nascimento e outros, ainda durante a sua vida. Veremos abaixo algumas dessas causas que acarretam o comprometimento da mobilidade entre outros fatores da vida do ser humano.

As causas pré-natais: são aquelas causadas por complicações durante a gestação do bebê ou por tentativas de aborto mal sucedidas. Neste último caso se dá por meio de ingestão de comprimidos sem prescrição médica, superdosagem, uso de ervas medicinais abortivas, remédios ingeridos durante a gestação para

tratamento de outras doenças que a mãe esteja sentindo que também podem causar má formação, ou devido sua dosagem ser nociva ao feto. Além destes, há também as crises maternas de hipertensão, perdas de sangue durante a gestação, infecções intrauterina como rubéola, toxoplasmose, sífilis, radiações, desnutrição materna, uso de álcool, e drogas, problemas genéticos, lesão Cerebral (paralisia cerebral), malformações congênitas, sequelas de queimaduras e etc.

Quanto às causas perinatais, as questões mais comuns são problemas respiratórios devido à falta de oxigênio na hora do nascimento, bebês que por passar da hora do nascimento, a prematuridade e cordão umbilical enrolado no pescoço, ou posição incorreta da criança para nascer.

As causas pós-natais são causadas por problemas ambientais devido a acidentes de trânsito, de trabalho, erros médicos (como por exemplo, vacinas mal aplicadas, erros cirúrgicos e etc.). Existem ainda a violência urbana, as epidemias/endemias e doenças infecciosas, como a meningite e a encefalite. O acidente vascular cerebral (derrame), o traumatismo no crânio (quedas ou outros acidentes), parada cardíaca, infecção hospitalar e fator RH (quando o sangue do bebê não combina com o da mãe), de lesão medular ou de amputação, também podem provocar a Deficiência Física.

## **2.2 Limitações e Possibilidades para a Pessoa com Deficiência Física**

São diversas as limitações encontradas no que se diz respeito à pessoa com deficiência, em especial à pessoa com deficiência física. Essas limitações vão desde as dificuldades de locomoção até as barreiras atitudinais que muito dificultam o acesso desses indivíduos ao direito de ir e vir, de executar necessidades básicas, usufruir dos direitos e serviços, ao lazer, à educação, à cultura, ao esporte. E principalmente na dificuldade de se locomover com segurança, livre de constrangimentos com autonomia total ou parcial, e a plenitude do direito de está nos mesmos locais em que nós todos estamos. Portanto, fica evidente que as limitações estão mais no ambiente do que no próprio sujeito.

Desse modo, fica claro que o ambiente em que o individuo circula tem influência sob sua condição de vida, pois pode criar barreiras à inclusão, sobretudo, para a pessoa com deficiência física. Quando um cadeirante necessita utilizar algum serviço, mas o prédio não possui elevador ou banheiros acessíveis, ou quando

simplesmente é impedido de utilizar um transporte público, por não ter uma plataforma em condições de funcionamento, a limitação está mais na sociedade do que no indivíduo com deficiência física, pois se as condições ambientais fossem favoráveis, o indivíduo não teria limitações e não passaria por constrangimentos diários.

### **2.3. Conquistas e Direitos Das Pessoas Com Deficiência Física E Mobilidade Reduzida No Brasil.**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) nos diz:  
Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Art. 1º).

A declaração referida é bem clara quanto ao direito assegurado a todos, independente de nossas diferenças e especificidades ou condição social. Estes direitos são definidos em vários documentos internacionais. Porém em nossa realidade constatamos que direitos como, o de ir e vir não são realmente garantidos para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Direitos básicos como este de ir e vir, quando negados se transformam em barreiras que podem impedir o acesso a vários outros direito também assegurados por lei a todos os cidadãos brasileiros.

Dessa forma a acessibilidade é condição fundamental para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, pois possibilita uma maior autonomia para os indivíduos, sobretudo, para a pessoa com deficiência física e mobilidade reduzida. Com a acessibilidade é possível eliminar barreiras e obstáculos no acesso e na interação em atividades sociais e até mesmo nas necessidades básicas. O Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000 tem sido um instrumento importante nesta direção. A primeira dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e a segunda estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade.

### 3. A ACESSIBILIDADE NO BRASIL

Acessibilidade consiste as condições que favorecem o acesso à utilização de espaços e serviços a pessoa com alguma necessidade, seja ela temporária ou permanente possibilitando a autonomia e segurança dos mesmos. Esta acessibilidade deve ser assegurada em edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos. Esta acessibilidade é garantida não apenas às pessoas com deficiência, mas a todos que tenham alguma dificuldade de locomoção, como por exemplo, a gestante, o idoso, a pessoa obesa, entre outras.

Em seu Art. 2º, a Lei 10.098, define acessibilidade por:  
Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

A acessibilidade destas pessoas é de grande importância, sobretudo na segurança, pois há uma imensa dificuldade na locomoção e estas pessoas podem se machucar ou até passarem por situações de risco. Além disto, a inserção na sociedade é comprometida de modo que são tiradas muitas vezes a direito de ir e vir aos lugares de que precisam que podem ser; exercício de suas necessidades básicas, ou para o estudo, trabalho, acesso ao serviço de saúde, lazer, é o que chamamos de barreiras arquitetônicas. Quando conseguimos vencer esse tipo de barreira, estamos possibilitam a estas pessoas que usufruam estes direito e que possam efetivamente ter uma melhor participação na sociedade tendo uma maior possibilidade d independência e autonomia em suas escolhas e na execução de tarefas e ações individuais e sociais.

Embora, esta Declaração 1948, o contexto histórico da pessoa com deficiência é de inferioridade perante a sociedade, considerando o padrão de pessoas ditas "normais". Durante anos estes sujeitos foram taxados de doentes ou anormais por não estarem dentro do padrão imposto. Esses vestígios estão entre nossa sociedade até hoje, é a chamada barreira atitudinais, que é a forma como o sujeito com deficiência é visto e tratado pela sociedade; a forma com que a sociedade os vê e que muitas vezes dificultam o acesso a serviços e direitos. Mas, é preciso considerar que alguns avanços vêm ocorrendo.



Outro passo importante em prol da inclusão da pessoa com deficiência foi o Ano Internacional do Deficiente Físico, em 1981. No Brasil, a ABNT reuniu um grupo de pessoas que atuavam na área de atenção à pessoa com deficiência (PPD) para elaborar a primeira norma técnica, neste sentido. Em 1985, a Lei nº 7.405, “torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e de outras providencias.” (BRASIL, 1985) Mas, é somente em 1988 na Constituição, é que o tema foi citado na Carta Magna garantindo a todos os brasileiros o direito de ir e vir, e estabelece que: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988, Art. 5).

Ainda no Artigo 227, a Constituição define que:

A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência( BRASIL, 1988, Art. 227).

No ano de 2000, as Leis Federais nº 10.048 dispõe em seu no Art. 1ºque:

A pessoa com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei (BRASIL, 2000).

No Art. 2º dispõem que:

As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas citadas.

A Lei citada acima ainda trata em outros artigos de atendimento prioritário em transportes, espaços e edificações públicos, os mesmos terão que seguir normas de construção que facilite o acesso e uso dos locais pelas pessoas com deficiência. Ainda neste sentido no ano de 2000 a Lei 10.098 determina normas gerais e critérios para o acesso da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 5.296 regulamenta as Leis 10.48 e 10.98 e redefine em no seu artigo 8º acessibilidade como sendo a:

(...) condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos

serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, Art.8º).

No Brasil, atualmente é o Decreto nº 5296, de 2004, que regulamente as leis anteriores e defende o direito das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Estas Leis tratam da acessibilidade como forma de eliminar as barreiras e os obstáculos postos a pessoa com deficiência em nossa sociedade, pois tais dificultam e até impedem a interação social plena. As barreiras impedem as pessoas de estarem em ambientes sociais, e usufruir de serviços coletivos de uso necessário para o acesso à saúde, educação, trabalho, esporte, cultura e lazer. As dificuldades são maiores para aquelas que estão em localidades rurais que necessitam ainda mais de transporte que os levem até os serviços de saúde e educação, pois estão todos nos centros das cidades e capitais.

A Lei 10.98 define barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2000).

Essas barreiras são classificadas como barreiras arquitetônicas, barreiras atitudinais, barreiras urbanísticas, barreiras nos transportes, barreiras curriculares, barreiras nas comunicações e na informação. Para que tenhamos uma sociedade acessível para todos e que garantindo o acesso igualitário aos direitos de todos definidos na Constituição Federal, bem como nas Leis subsequentes, é preciso eliminar essas barreiras. Para isto precisamos entender o que são cada um delas e como elas dificultam o livre acesso dos direitos à pessoa com deficiência.

### **3.1 Barreiras Arquitetônicas**

O Decreto (5.296) fala o que seria as barreiras arquitetônicas, como... Por (lugares intransponíveis), que acarrete dificuldades aos cadeirantes, que por menor que seja o obstáculo, impede-os de ir e vir, tirando-lhes a liberdade de escolher por onde transitar. Em se tratando do ensino regular temos publicado recentemente o decreto nº 7.611/2011 que orienta e reafirma a adequação arquitetônica nos espaços escolares, assim como outras formas de acessibilidade. Contamos ainda como instrumento para operacionalizar os princípios de acessibilidade arquitetônica

o Programa Escola Acessível para escolas municipais e estaduais, utilizando os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola para torna os espaços acessíveis. Assim como as barreiras arquitetônicas, as barreiras urbanísticas são entraves que dificultam o direito à liberdade de ir e vir, pois os espaços físicos de locomoção como edificações, vias e espaços públicos e privados de uso coletivo.

Infelizmente nossa sociedade ainda não está totalmente acessível, pois a maioria das vias e os espaços públicos não atendem as necessidades dos indivíduos, seja ele pessoa com deficiência ou não, porem as dificuldades de acesso se tornam maiores a pessoa com deficiência. Visto que se tornam um impedimento para o mesmo transitar, pois estes espaços em sua maioria não possuem nenhuma condição para ser transitado com segurança sem riscos de acidentes tanto para as pessoas com deficiência quanto para qualquer outro pedestre que necessite utilizar daquele espaço. De acordo com o Decreto estes espaços e edificações devem garantir condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência, e para as edificações que já tenha sido construído a Lei dispôs de prazos para que a adaptação aconteça, porém ainda não podemos ver isto sendo efetivado na prática, pois podemos perceber que muitos espaços ainda não tiveram essa adequação.

### **3.2 NBR 9050: 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

A norma técnica NBR 9050 (2004) estabelece critérios para a promoção da acessibilidade a edificações, mobiliário, e equipamentos urbanos. Neste sentido, consideram-se todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. (BRASIL, NBR, 2004)

De acordo com a NBR estes parâmetros devem ser seguidos em construções, instalações ou em adaptações no caso de projetos já concluídos a fim de garantir a todo cidadão, autonomia e segurança no uso desses mesmos, sobretudo a pessoa com deficiência, pois é muito importante que eles tenham a possibilidade de usar essas edificações, espaços e mobiliário de forma mais independente. As referências normativas definidas pela NBR 9050 são: saídas de emergência em edifícios (NBR 9077), mobiliário urbano (NBR 9283), equipamento

urbano (NBR 9284), revestimentos eletrolíticos de metais e plásticos sanitários (NBR 10283), sistema de iluminação de emergência (NBR 10898), tintas – determinação da aderência (NBR 11003), Elevadores de passageiros– Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência (NBR 13994).

Sobre a NBR há muitos itens importantes que precisam ser abordados, como área de aproximação, área de circulação, área de descanso, área de resgate, área de transferência, banheiro, calçada, calçada rebaixada, espaço acessível, faixa livre, faixa de travessia de pedestres fatores de impedância, foco de pedestres, impraticabilidade, local de reunião, mobiliário urbano, passarela, reforma, rota acessível, rota de fuga, superfície de trabalho, tecnologia assistiva, uso comum, uso público, uso restrito, visitável.

Na tabela abaixo estará descrito os critérios citados acima:

**Tabela 1: Termos e Definições**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>EXPLICAÇÃO</b>
<b>Área de Aproximação</b>	Espaço sem obstáculos, destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.
<b>Área de Circulação</b>	Espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas.
<b>Área de Descanso</b>	Área adjacente e interligada às áreas de circulação interna ou externa às edificações, destinada a usuários que necessitem de paradas temporárias para posterior continuação do trajeto.
<b>Área de Refúgio ou Resgate</b>	Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro
<b>Área de Transferência</b>	Espaço livre de obstáculos, correspondente no mínimo a um módulo

	de referência, a ser utilizado para transferência por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, observando as áreas de circulação e manobra.
<b>Banheiro</b>	Cômodo que dispõe de chuveiro, banheira, bacia sanitária, lavatório, espelho e demais acessórios.
<b>Sanitários</b>	Cômodo que dispõe de bacia sanitária, lavatório, espelho e demais acessórios.
<b>Calçada</b>	Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de Mobiliário, sinalização, vegetação, placas de sinalização e outros fins.
<b>Calçada Rebaixada</b>	Rampa construída ou implantada na calçada destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.
<b>Espaço Acessível</b>	Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.
<b>Faixa Livre</b>	Área do passeio, calçada, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres.
<b>Faixa de Travessia de Pedestres</b>	Sinalização transversal às pistas de rolamento de veículos, destinada a ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via - Código de Trânsito Brasileiro.
	Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São

<b>Fatores de Impedância</b>	exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros.
<b>Impraticabilidade</b>	Condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade.
<b>Local de Reunião</b>	Espaço interno ou externo que acomoda grupo de pessoas reunidas para atividade de lazer, cultural, política, social, educacional, religiosa ou para consumo de alimentos e bebidas.
<b>Mobiliário Urbano</b>	Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados.
<b>Rampa</b>	Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento, com declividade igual ou superior a 5 %.
<b>Rota acessível</b>	Trajetória contínua, desobstruída e sinalizada, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

<b>Rota de fuga</b>	Trajetos contínuos, devidamente protegidos, constituídos por portas, corredores, antecâmaras, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de sinistro de qualquer ponto da edificação, até atingir uma área segura.
<b>Sanitário</b>	Cômodo que dispõe de bacia sanitária, lavatório, espelho e demais acessórios.
<b>Serviço Assistido</b>	Apoio para auxiliar qualquer pessoa com dificuldade de circular no ambiente ou de utilizar algum equipamento.
<b>Uso comum</b>	Espaços, salas ou elementos, externos ou internos, disponíveis para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes).
<b>Uso público</b>	Espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.
<b>Uso restrito</b>	Espaços, salas ou elementos internos ou externos, disponíveis estritamente para pessoas autorizadas (por exemplo, casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares).
<b>Vestiários</b>	Cômodo para a troca de roupa, podendo ser em conjunto com banheiros ou sanitários.

## **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1. Tipo De Pesquisa e Instrumentos de Coleta de Dados**

Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões a cerca das barreiras enfrentadas, pelas professoras com Deficiência Física em sua docência no Centro de Educação, da acessibilidade e das condições arquitetônicas do CE/UFPB. Para alcançarmos este objetivo utilizamos a pesquisa empírica com abordagem qualitativa, pois, acordo com Demo, o significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido do facilitarem a aproximação prática (DEMO, 1994, p.37).

A opção pela pesquisa qualitativa se faz, pelo interesse em analisar e interpretar aspectos mais intensos, a fim de intensificar análise.mais detalhada sobre o objeto de pesquisa.

Utilizamos de uma pesquisa subjetiva com o intuito de ouvir o conto da experiência diária destas professoras para assim compreender melhor suas dificuldades, com isto buscamos refletir sobre as orientações da Norma Brasileira Regulamentadora - NBR 9050 e como o CE pode contribuir para a mudança desta realidade. Participaram da pesquisa, três professores do Centro de Educação. As entrevistas com as professoras tiveram consentimentos autorizados.

### **4.2. Campo empírico: o universo da pesquisa**

A universidade pública é um espaço responsável por formar profissionais qualificados, sobretudo no campo da educação que é o pilar de nossa sociedade, esta que deve ter como foco a promover a construção de uma sociedade justa e igualitária, e que prime o respeito às diferenças. Porém a realidade não se apresenta exatamente assim, pois sabemos que existe em nossa sociedade barreias que agem como entraves para o individuo atrapalhando seu percurso em vários aspectos sociais. O conceito de acessibilidade segundo Lanchoti é:

Acessibilidade é o termo utilizado para definir a possibilidade de todo e qualquer indivíduo desfrutar, com segurança e autonomia, dos benefícios de uma vida em sociedade, inclusive a utilização de produtos e equipamentos, transportes, serviços e informação. A partir dessa afirmação, entende-se que o termo não se refere apenas às pessoas com deficiência ou usuários



de cadeiras de rodas, mas também a pessoas idosas, gestantes, obesas, com baixa ou alta estatura ou com mobilidade reduzida temporária (LANCHOTI, 2011).

De acordo com este conceito de acessibilidade podemos compreender que o termo não se refere apenas às pessoas com deficiência ou usuários de cadeiras de rodas, a acessibilidade torna os ambientes lugares com condições de acesso a todos, sem causar dificuldades ou limitações.

Na história de nossa sociedade vimos um caminho longo de exclusão social a pessoa com deficiência. Porém na atualidade falamos muito em inclusão, esta é a palavra da “moda”, porém a realidade mostra que muitas barreiras estão presentes no dia a dia da pessoa com deficiência. Na Universidade Federal da Paraíba, especificamente no Centro de Educação há certa incoerência no sentido da inclusão, percebemos em conversas com as professoras, assim como também em situações que testemunhamos suas dificuldades no acesso aos serviços relacionados à sua docência no CE, dificuldade que em algumas situações são inimagináveis para quem não tem dificuldade de mobilidade como, por exemplo, o “simples” fato de atravessar a rua, caminhar em uma calçada, estacionar, entrar em uma sala de aula, ir ao banheiro e etc.

#### **4.3 Apresentação e Análise dos dados**

Nesta parte do trabalho apresentaremos e discutimos os dados coletados e nossa pesquisa de campo, especificamente dados coletados nas entrevistas e pesquisa no âmbito arquitetônico nos espaços do CE. Com este objetivo, tomamos como instrumento norteador documentos oficiais; leis, norma que tratam da deficiência física e acessibilidade, como também aportes teóricos que fundamentaram a discussão possibilitando o confronto desses dados: discursos das professoras, os discursos dos documentos oficiais e as concepções dos teóricos sobre acessibilidade e deficiência física.

## Quadro 2- Área de Aproximação

Medidas Acessíveis							
Ambiente Tipo	Portas	A3	B3	C3	I3	L3	N3
Hall 1 (Coordenação)	2,10m						
Hall 2 (Praça do CE)	_____						
Medidas do CE							
Ambiente Tipo	Portas	A3	B3	C3	I3	L3	N3
Hall 1 (Coordenação)	2,10m						
Hall 2 (Praça do CE)	_____						
Situação							

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Legenda

A3 altura do centro da mão, com o antebraço formando 90° com o tronco.

B3 altura do centro da mão estendida ao longo do eixo longitudinal do corpo

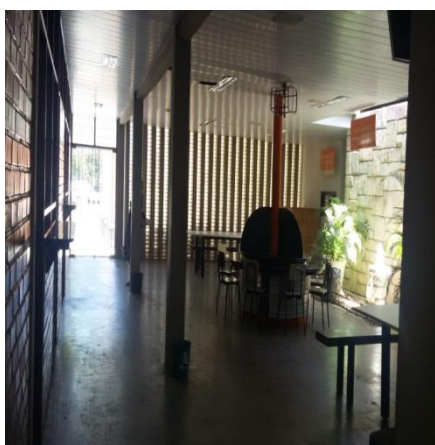
C3 altura mínima livre entre a coxa e a parte inferior de objetos e equipamentos

I3: altura do centro da mão, com o braço estendido formando 30° com o piso = alcance máximo confortável.

L3 comprimento do braço na horizontal, do ombro ao centro da mão.

N3 profundidade da superfície de trabalho necessária para aproximação total.

Imagens: Hall 1



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

## Imagens: Hall 2



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 3- Área de circulação

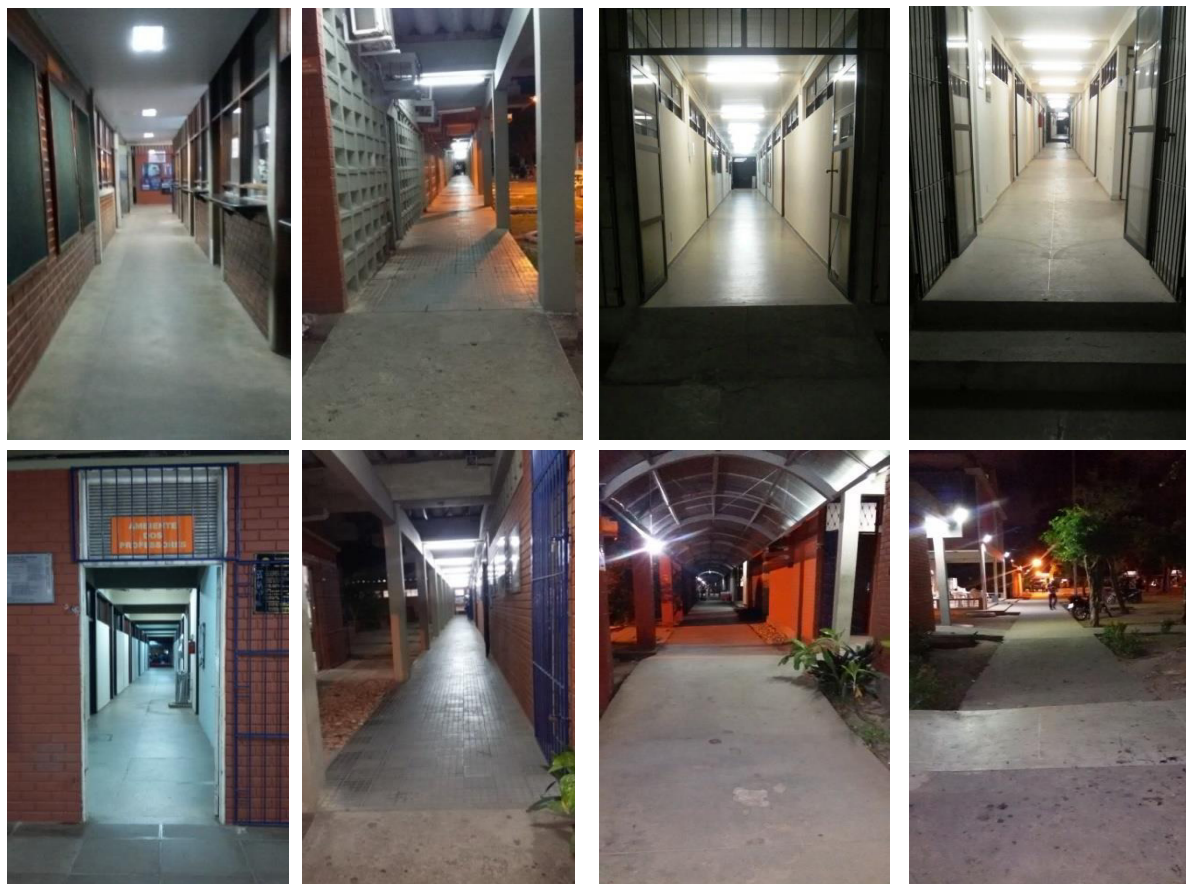
Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
Corredores			
1. Hall 1	1,20m	1,57m/1,27m com obstáculo.	Adequado
2. Departamentos	1,20m	1,64m Larg.	Adequado
3. Psicopedagogia	1,20m	2,03m Larg.	Adequado
4. PPGE	1,20m	1,85m Larg.	Adequado
5. Ambiente dos Prof.	1,20m	1,90m Larg.	Adequado
6. Salas de aula	1,20m	1,43m Larg.	Adequado
7. Corredor interno/CE	1,50m	1,94m Larg.	Adequado
8. De acesso ao auditório.	1,20m	2,20m Larg.	Adequado

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

Podemos observar nos dados acima que os corredores do Centro de Educação estão de acordo com as normas da NBR dispondo de espaços amplos para a circulação de pedestre, de pessoas com cadeira de rodas e mobilidade reduzida.

Nas imagens, mostra a área de circulação dos corredores do Centro de Educação, onde é possível ver as condições que são bastante favoráveis à locomoção, os espaços são livres de obstáculos facilitando a circulação de pedestre, de pessoas com cadeira de rodas e com mobilidade reduzida.

### Fotos: corredores



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 4- Área de Descanso

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
Não Existe			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

A área de descanso é destinada a interligação de ambientes internos quanto externos para usuários que necessite de parada temporariamente para posteriormente seguir seu trajeto. Mas não é possível ver esse tipo de área nas dependências do Centro de Educação.

### Quadro 5- Área de Refugio ou Resgate

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

A área de refugio e resgate esta destinada a manter em segurança as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, para resguarda-los enquanto aguardam o socorro. O que pudemos perceber a partir das nossas observações no CE não existe este ambiente que possam atender as recomendações da norma.

#### Quadro 6- Área de Transferência

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

Este espaço é necessário para quem utiliza cadeira de rodas possa manobrar a cadeira e deslocar-se até o mobiliário com autonomia e segurança. Apesar do CE possuir alguns espaços amplos há muitos locais que não oferece essa área de transferência.

#### Quadro 7- Banheiro

Itens	Medidas Acessíveis		Medidas do CE		Situação
	Altura	Largura	Altura	Largura	
Bacia	0,43 a 0,45	_____	_____	_____	_____
Bacia com Acento	Até 0,46	_____	0,46m	_____	Adequado
Porta Central	2,10m	0,80m	2,10m	1,15m	Adequado
Espelho	0,50 m até 1,80 m	_____	_____	_____	Não Existe
Pia	0,80m	_____	0,80m	0,45m	
Porta Interna	2,10m	0,80m	2,10m	0,90m	Adequado
Puxador Horizontal	0,90m a 110m do piso		0,93m	0,50m	Adequado
Barra Lateral	0,75m	0,80m	0,80m	0,80m	Inadequado
Barras acima da bacia	0,75m	0,80m	0,80	0,80m	Inadequado
Barras da pia	0,70 m, no mínimo	_____	0,86	_____	Adequado

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

A NBR define parâmetros para sanitários, banheiros e vestiários relativos às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível.

Verificamos os banheiros disponíveis no CE e constatamos que há apenas um banheiro acessível que se encontra próximo as salas de aula da 301 a 310. Há também um banheiro exclusivo aos professores, porém este não possui acessibilidade, os demais destinados ao uso do público em geral são; três no PPGE com um que possui porta acessível e uma barra lateral, e dois no prédio de Pedagogia do Campo/psicopedagogia. Com relação ao sanitário acessível a infraestrutura sempre pode melhorar, existem itens que fazem falta como por exemplo o piso antiderrapante, uma ducha adequada, um espelho, um lugar apropriado para colocar a bolsa. Sobretudo o acesso ao mesmo que precisa urgentemente ser melhorado, o sanitário deve estar sempre aberto e limpo, já que sabemos que há apenas um banheiro acessível como opção, portanto esta é uma barreira encontrada pelas nossas professoras devido a grande dificuldade para poder utilizado, pois segundo as professoras entrevistadas:

Professora 2: *“O banheiro sempre está trancado, o banheiro para deficiência...”*, Quanto ao banheiro destinado aos professores:

Professora 2: *...Condições de uso os dois, pra mim tem, mas se vier de cadeiras de rodas esse aqui (banheiro dos professores) não tem. Eu nunca vim de cadeiras de rodas pra aqui não, porque eu acho que não tem condições.*

Os outros banheiros encontrados no CE não têm possibilidades nenhuma de ser usando com cadeiras e rodas, pois suas portas não tem a largura ideal, também não possuem barras de apoio que são muito importantes para possibilitar a pessoa com deficiência física assim como com mobilidade reduzida, apenas um no PPGE como já foi falado anteriormente, e a rotação dentro do espaço também não é apropriada, além também de não possuírem entrada independente, para possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.

Professora 2: *“...Geralmente quando eu entro V vai comigo porque V tem medo que eu caia, é muito liso, o pessoal areja muito, limpa muito ali, então fica escorregadio...”*



**Fotos: Sanitário acessível CE**



**Banheiros dos professores CE**

**Fotos: Sanitário De Psicopedagogia e PPGE**





Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 8- Calçada

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis		Medidas do CE			Situação
	Inclinação	Dimensões	Inclinação	Dimensões		
Calçada Frente do CE	até 3 %,	1,20m a 1,50m largura	até 3 %,	2,03 larg		Adequada
Calçada Rebaixada- Entrada do CE	Máxima de 8,33%	1,20m largura		12%	0,90m comprimento 1,20m larg. 0,09m altura	Inadequada
Faixa Livre	até 3 %,	1,20m	2,10m de altura livre	_____		

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

Com relação ao quadro acima, identificamos que existe faixa livre destinada exclusivamente a circulação de pedestres. No entanto, não há nenhuma sinalização referente ao uso exclusivo de pedestre e, no dia-a-dia, observamos que a área é utilizada para transporte de motocicletas e bicicletas, como é usada como estacionamento de motocicletas, conforme pode ser visto nas imagens abaixo.



### Fotos Calçada Frente CE



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

A Norma da ABNT NBR 9050 descreve a calçada como sendo parte da via não destinada à circulação de veículos e sim ao trânsito de pedestres, é recomendado uma calçada com pelo menos 2,10m podendo estar com mobiliário, sinalização, vegetação e outros. Entretanto orienta-se que para a calçada seja organizada entre as três faixas; de serviço, faixa livre e faixa de acesso.

A faixa de serviços é o espaço destinado acomodação de mobiliário, canteiros, árvores e os postes de iluminação ou sinalização, a largura mínima para esta faixa é de 0,70 m. Já a faixa de serviços destina-se à colocação de árvores, rampas de acesso para veículos ou pessoa com deficiência, poste de iluminação, sinalização de trânsito e mobiliário urbano como bancos, floreiras, telefones, caixa de correio e lixeiras. Faixa livre ou passeio é o espaço exclusivo para a circulação livre de pedestres sem qualquer obstáculo, esta deve ter largura mínima de 1,20 m, ser contínua e respeitar o espaço mínimo de 2,10 m de altura livre. Outra faixa de grande utilidade é a de acesso, pois ela se situa a frente de imóvel ou terreno, onde podem estar a vegetação, rampas, toldos, propaganda e mobiliário móvel como mesas de bar e floreiras, entretanto estes não devem impedir o acesso aos imóveis. Cada uma destas áreas tem uma importante funcionalidade para os espaços de acesso destinados à circulação.

Deste modo podemos perceber que grandes são as dificuldades para as pessoas com deficiência, sobretudo pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida no aspecto arquitetônico, a calçada como vimos anteriormente, tem o fim de garantir o direito dessas pessoas a livre circulação sem prejuízo à autonomia.

Podemos pontuar alguns fatores que prejudicam a circulação com relação as calçadas do CE, vimos no quadro que estas tem uma largura satisfatória, entretanto há falta de infra-estrutura: a falta organização da calçada que não possui as três faixas citadas acima, o piso que se encontra desfeito em alguns pontos e isto prejudica o caminhar deste indivíduos tendo em vista que os mesmo não tem dificuldades no caminhar piso, a falta de sinalização, e ainda o uso inadequado é uma questão que contribui bastante na obstrução da passagem.

Podemos verificar tais prejuízos com os relatos de nossas professoras que enfrentam diariamente estes obstáculos.

Professora 3: *“... são batentes que não tem nenhuma sinalização que a lei manda. Todos os degraus, todos os batentes nenhum tem sinalização, você tá exposto a bater, a cair o tempo todo, essa semana eu fui tirar mesmo uma Xerox eu não enxerguei o batente eu quase me arrebentava no chão, a Xerox inteira tem 3,4 batentes de um lado, dois de outro, três do outro tudo sem sinalização, por exemplo, quando eu paro o carro no CCHLA e venho caminhando pra cá eu entro e vou por dentro porque por fora não da pra vir caminhando com a muleta porque o chão aqui estão todos desfeitos uma grande parte e isso é o suficiente para eu machucar, o risco é grande eu posso me expor a um acidente que eu já tive inclusive aqui mesmo. E esse pedaço de cimento que tem que é tipo uma passarela de cimento que liga os prédios, este cimento já corroeu, esse cimento já virou cratera pequenas crateras isso pra mim é impraticável, eu não consigo passar por ali, é impossível eu andar ali, não dá. Então assim essa passarela ou esse corredor sei lá do que agente possa chamar que é de cimento já devia ter sido refeita a muito tempo, gente pelo amor de Deus é um pouquinho de cimento só que joga ali e passa uma pá esta refeito isso pra um cego é um desastre, é impossível para duas outras colegas que eu tenho que tem dificuldade de andar aqui dentro do CE são mais duas eu sou uma delas.*

#### **Quadro 9- Espaço Acessível**

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 10- Faixa de Travessia de Pedestre

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

De acordo com a NBR a faixa de travessia de pedestre é uma sinalização destina a indicar o deslocamento dos pedestres para a travessia da via. Essa faixa possibilita o pedestre atravessar as vias com segurança. No centro de educação essa faixa não existe. Pois o local onde deveria existir no qual seria entre o estacionamento e o bloco não há essa faixa, os pedestres e as pessoas com deficiência fazem esse percurso do estacionamento até o bloco atravessando sobre o leito carroçável sem se nenhuma sinalização correndo o risco de sofrer algum tipo de acidente.

Segundo a professora 3 a mesma já sofreu com a falta de passarela de pedestre: *(Eu já tive que voltar, com medo de ser atropelada, eu machuquei a coluna duas vezes, aqui na frente, B. é minha testemunha. Outro dia ela caiu atravessando com A., então para vocês verem que isso não acontece só comigo)*. Já a professora 2 nos relata que: *(...eu já cai com Barbinha ali no buraco na lama, você cai na lama é humilhante. Você trabalha num local e você cair na lama. Eu ate já achei lugar para estacionar, mas não tinha como sair do carro, andar por aqui é difícil, tem que vim com minha mãe me ajudando para poder atravessar só a rua, os arquitetos daqui nesse ponto, essa pista daqui da frente, essa pista aqui em termo de arquitetura, é muito curta, estreita, ela é muito alta eu que não tenho força na perna ela e muito alta ela parece uma lombada, a pista em si parece uma lombada, de tão alta parece uma lombada eu me sinto como se tivesse subindo numa lombada atravessando essa pista. Assim quando e venho dirigindo a minha mãe vem comigo sempre pra atravessar uma pista só, porque não dá eu não consigo não)*. Vemos ai dificuldade das professoras em fazer uma simples a travessia, devido a não sinalização e o desrespeito existente por parte de alguns motoristas que não respeitam o pedestre.

### Travessia/ Entrada do Centro de Educação



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 11 Fatores de Impedância

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
Como fatores de impedância temos: as lixeiras que atrapalham a locomoção, especialmente as colocadas no estacionamento; os postes também e a vegetação colocada próximo as calçadas do estacionamento.			

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

## Quadro 12 – Impraticabilidade

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
Quanto a este item, há condições de se adaptar a todos os espaços.			

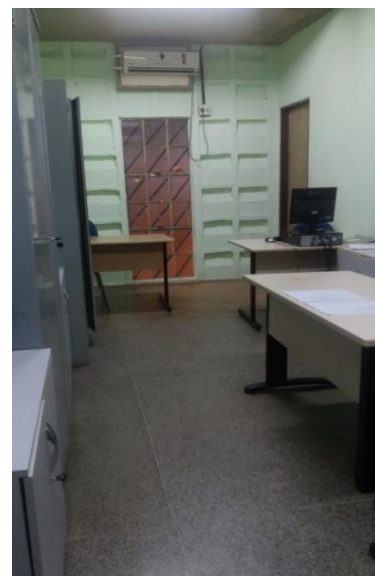
Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

## Quadro13- Local de Reunião

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis				Medidas do CE				Situação
	Portas		Espaço Interno		Portas		Espaço Interno		
	Alt.	Larg.	Compr	Larg.	Alt.	Larg.	Compr	Larg.	
Sala de Reunião	2,10 m	0,80 m			2,10 m	0,71m	9,00m	6,00m	Inadequado
Departamento-DHP	2,10 m	0,80 m			2,10 m	0,75 m	6,83m	2,68m	Inadequado

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Fotos: Sala de Reunião e Departamento de Habilitações Pedagógicas



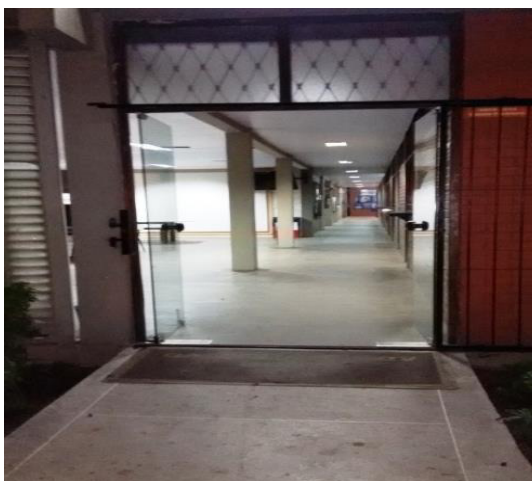
Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 14- Rampa

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE		Situação
	Inclinação	Dimensões CE	Inclinação Aproximada	
Rampa de acesso - Entrada CE/ hall 1	Máximo 8,33%	1,70m comprimento 1,20m largura 0,10m altura	5,8%	Adequada
Rampa de acesso 1-Central de Aulas	Máximo 8,33%	1,40m comprimento. 1,20m largura 0,12m altura	8,5%	Inadequada
Rampa de acesso 2-Central de Aulas	Máxima de 8,33%	4,20 comprimento 1,20m largura 0,35 altura	8,33%	Adequada
Rampa de acesso Psicopedagogia	Máximo 8,33%	1,70m comprimento 1,20m largura 0,10m altura	5,8%	Adequada
Rampa de acesso PPGE	Máximo 8,33%	1,70m comprimento 1,20m largura 0,10m altura	5,8%	Adequada
Rampa de acesso - Estacionamento	Máximo 8,33%	1,10m comp. 1,20m larg 0,99m alt.	5,8%	Adequada

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Foto: Rampa de Acesso – CE





Rampas Central de Aulas



Rampas de Acesso a Psicopedagogia e PPGE



Rampa de Acesso Estacionamento



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 15- Rota Acessível

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 16- Rota de Fuga

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

Segundo a NBR 9050 rota de fuga é:

Trajetória contínua, devidamente protegida, constituída por portas, corredores, antecâmaras, passagens externas, balcões, vestibulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de sinistro de qualquer ponto da edificação, até atingir uma área segura (BRASIL, 2015)

Diante o que foi observado na norma e o que encontramos dentro do CE Não há rota de fuga dentro dos ambientes do Centro de Educação. Não conseguimos observar nenhuma sinalização com relação a esse item de segurança exposto na NBR.

### Quadro 17- Serviço Assistido

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

Com relação ao quadro acima, identificamos que não existe apoio para auxiliar qualquer pessoa com dificuldade de circular nos ambientes ou na utilização de qualquer equipamento, para as professoras circularem nos ambientes do CE elas busca ajuda de pessoas de sua própria família, alunos ou colegas que ao vê-las em situações de dificuldade procuram sem ajuda-las.



### Quadro 18- Uso Comum

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis			Medidas do CE			Situação
	Portas	Espaço Interno	Quadro	Portas	Espaço Interno	Quadro	
Salas de Aula							
301 a 306	2,10m Alt. 0,80m Lar.	_____	Do piso 0,90 m a 1,20 m	2,10m Alt. 0,77m Lar.	7,98m larg. 8,91m compr.	Do piso 0,98m alt.	Inadequado .
307 a 310	2,10m Alt. 0,80m Lar.	_____	Do piso 0,90 m a 1,20 m	2,10m Alt. 0,77m Lar.	7,90m larg. 4,41m compr.	Do piso 0,98m alt.	Inadequado
Psicop./ Ed. Campo.	2,10m Alt. 0,80m Lar.	_____	Do piso 0,90 m a 1,20 m	2,10m Alt. 0,77m Lar.	5,77m larg. 10,79m compr.	Do piso 0,98m alt.	Inadequado
PPGE	2,10m Alt. 0,80m Lar.	_____	Do piso 0,90 m a 1,20 m	2,10m Alt. 0,77m Lar.	5,95m larg. 7,30m compr.	Do piso 0,98m alt.	Inadequado
CA	2,10m Alt. 0,80m Lar.	_____	Do piso 0,90 m a 1,20 m	2,10m Alt. 0,77m Lar.	7,15m larg. 8,84m compr.	Do piso 0,98m alt...	Inadequado
Auditório	2,10m Alt. 0,80m Lar.	_____	_____	2,10m Alt. Lar.		_____	Inadequado

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

A sala de aula é o ambiente mais usado pelos professores, pois é onde acontecem às aulas, diariamente o professor passa cerca de quatro hora/aula lecionando, portanto é muito importante que o mesmo tenha neste local toda acessibilidade possível para poder desenvolver suas atividades docentes de forma plena.

A utilização de cadeira de rodas impõe limites à execução de tarefas, por dificultar a aproximação aos objetos e o alcance a elementos acima e abaixo do raio de ação de uma pessoa sentada. A dificuldade no deslocamento frontal e lateral do tronco sugere a utilização de uma faixa de conforto entre 0,80m e 1,00m para as atividades que exijam manipulação contínua.

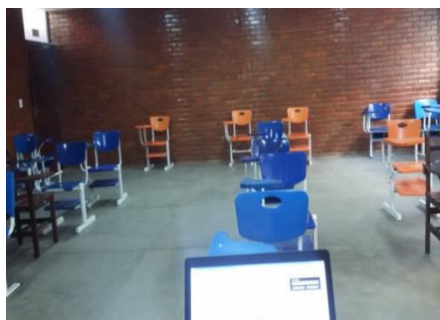
Um espaço acessível contribui para o acesso de todos os indivíduos, portanto se tivermos uma sala de aula com condições de acesso, a mesma atenderá ao professor e a todos que utilizam da sala de aula, atendendo não somente as pessoas que fazem uso da cadeira de roda, mas também de quem utiliza muletas que não podem ficar em pé por muito tempo.

A Norma 9050 recomenda a adaptação de auditórios existentes, de acordo a norma as adaptações devem garantir espaços para P.C.R. e os assentos para P.M.R. e P.O. Quando não possível à sua distribuição, é aconselhado o agrupamento nas fileiras. Devendo estes ser projetados para acomodar as P.C.R. ou P.M.R e P.O. Ainda segundo a norma:

O espaço para P.C.R. deve possuir as dimensões mínimas de 0,80m por 1,20m e estar deslocado 0,30 m em relação ao encosto da cadeira ao lado, para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. Deve ainda ser garantida uma faixa livre de no mínimo 0,30 m entre o M.R. e a fileira posterior ou entre o M.R. e a fileira frontal, conforme demonstrado respectivamente pelas Figuras 142 e 143. Quando o espaço para P.C.R. estiver localizado em fileira intermediária, a faixa livre de 0,30 m deve ser garantida em relação às fileiras frontal e posterior ao módulo, conforme Figura 144. O espaço para P.C.R. deve ser sinalizado. (BRASIL, 2015).

Ainda com relação à sala de aula, algumas possuem as medidas satisfatórias, porem com a instalação de equipamento para fechar a porta fica dificultosa o seu manuseio tirando a autonomia do cadeirante ou com mobilidade reduzida, pois ele precisa de um esforço grande para segurar a porta e no caso do cadeirante este sempre precisa sempre de ajuda nesse caso. Além disso ainda diminui na sua abertura a sua largura para 0,77m como vimos no quadro acima.

Fotos: Salas de aula das 301 a 310



Fotos: Salas de aula da Central de Aulas



Fotos: Psicopedagogia/Educação do Campo



Fotos: Salas de aula do PPGE



### Fotos: Auditório



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 19- Uso Público.

Ambiente Tipo	Vagas				Situação
	Medidas Acessíveis	Medidas do CE			
Estacionamento					

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

O estacionamento é o espaço destinado ao embarque ou desembarque de passageiros assim como acomodação de veículos. A norma NBR 9050 estabelece critérios para a projeção do mesmo, de acordo com ela, o estacionamento deve ser localizado próximo às edificações para diminuir o trajeto das pessoas que fazem uso do mesmo, especialmente para as vagas para estacionamento de veículos que

conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência que não podem estar a mais de 50,0m de distância das edificações, o estacionamento do Centro de Educação obedece essa recomendação, porém com a falta de acessibilidade no local esta distância não satisfaz, existem outras recomendações, como a sinalização vertical, contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio, estar localizada de forma a evitar a circulação entre veículos, ter piso regular e estável, possuir inclinação longitudinal máxima de 5%.

Com relação às dimensões das vagas são satisfatórias, exceto no espaço adicional que não é obedecido em algumas vagas e outras tem mas estão sendo obstruídas por restos de concretos, outra questão são as como veremos nas fotos abaixo, No estacionamento de Centro de Educação existem fatores de impedância no local na calçada onde deveria ser destinada a circulação de pedestre, portanto não há um lugar destinado ao passeio dos indivíduos, pois o espaço que tem não é desobstruído, possuem árvores, postes, lixeiras e neste caso a rampa de acesso a essas calçadas que não possibilitam ir a lugar nenhum. Outro problema grave é o piso muito irregular e cheio de buracos, além das vagas estarem sempre ocupadas por pessoas que não possuem deficiência. Podemos confirmaisto com a fala das professoras.

*Professora 1: "...No estacionamento tem vários murinhos não separa eu não sei para que eles colocam aqueles murinhos nos estacionamentos separando Canteiros, né?! Então, isso você tem que pular esses murinhos isso geram dificuldades Eu Tenho dificuldades por causa disso..."*

*Professora 2: "...estacionar o carro, não tem... Quase nunca ta vago, quando eu venho com alguém que me traz ] a pessoa, geralmente quando dou aula a noite, aqui na frente sempre ta com motos, muitas motos, e assim, ninguém que tirar a moto, já pedi para tirar, mas ninguém quer tirar, não tiram..."*

*Professora 3: "...o meu deslocamento do estacionamento da universidade ate chegar aqui ate esse piso aqui tem dias que eu suporto e tem dias que eu não suporto, eu já parei no meio da rua quando eu estava atravessando e quase fui atropelada..."*



### Fotos: Estacionamento



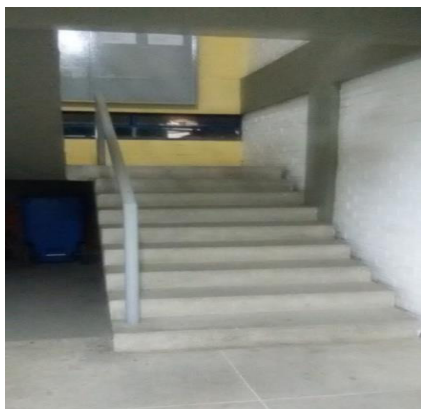
Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro 20- Uso Restrito

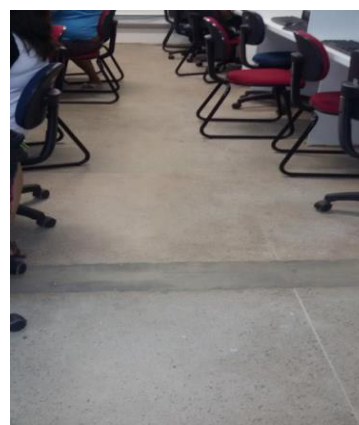
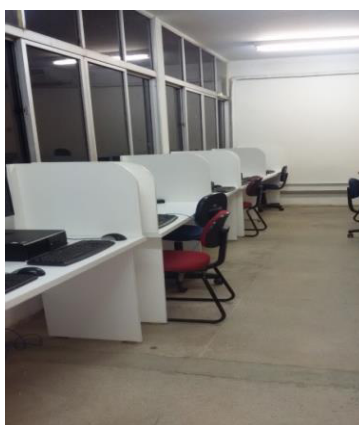
Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis				Medidas do CE				Situação
	Sala		Porta		Sala		Porta		
	Comp.	Larg.	Alt.	Larg.	Comp.	Larg.	Alt.	Lar.	
Ambiente dos Professores			2,10m	0,80m	9,00m	6,00m	2,10m	1,20 m	
Lad			2,10m	0,80m	9,00m	6,00m	2,10m	0,77m	Inadequado
Biblioteca Setorial			2,10m	0,80m	9,00m	6,00m	2,10m	0,77m	Inadequado
Nedesp			2,10m	0,80m					
Escada									
Medidas Acessíveis					Medidas do CE				
Altura		Largura			Altura		Largura		Situação

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Fotos: Ambiente dos Professores



### Lad



### Biblioteca Setorial. Nedesp



Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

### Quadro21- Vestiário

Ambiente Tipo	Medidas Acessíveis	Medidas do CE	Situação
			Não Existe

Fonte: Dados pesquisados pelas autoras, 2016.

#### 4.4 Outras Barreiras

Mesmo com todo aparato legal, as leis e decretos que regulamentam e impõem à obrigatoriedade da acessibilidade, a sociedade coloca outros entraves para dificultar as relações sociais, a igualdade de direitos, que são as barreiras atitudinais. A maneira como na sociedade vemos e tratamos a pessoa com deficiência pode ajudar ou dificultar a autonomia dos mesmos e sua inclusão nos meios sociais, o desrespeito com relação aos direitos desta população é um entrave muito grande. Há sempre uma busca pela igualdade, porém esquecemos que somos diferentes e temos necessidades diversas, com relação a isso precisamos ter em mente que sempre temos que levar em conta as nossas diferenças, perceber essas nas diferenças, significa perceber as necessidades de cada um, e buscar por vantagens para suprir essas necessidades. Portanto, quando buscamos por direitos iguais, devemos lutar por garantias de adequações que atendam a cada pessoa de acordo com sua necessidade. Precisamos passar por uma tomada de consciência, quanto à forma de ver a pessoa com deficiência e suas limitações, percebemos que o meio é que é deficiente e não a pessoa. É o meio que não está preparado para incluir essa pessoa, e quando não sabemos lidar com o “diferente” nós aumentamos ainda mais a exclusão desta população. Se mudarmos nossa postura quanto ao respeito às diferenças e lutarmos por uma sociedade mais justa e acessível a todos estaremos favorecendo uma vida mais saudável e justa para todos, pois a acessibilidade trás benefícios a todos visto que torna os espaços mais seguros e com uma mobilidade que se adequa todos de forma igualitária. Acessibilidade: “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. (NBR 9050, 2004).

Outra barreira muito frequente em nossa sociedade são as encontradas nos transportes públicos, essas barreiras são os transportes que não possuem adaptações para o uso, ou seja, equipamentos que auxiliem o acesso da cadeira de roda, assentos adequados para pessoas com deficientes, pessoas obesas ou mobilidade reduzida, sinais sonoros etc. Precisamos que estes equipamentos existam e funcionem adequadamente, pois não é impossível ver transportes sem condições de fazer a locomoção de pessoas em cadeiras de rodas, por causa de



muitos equipamentos estarem quebrados ou os próprios ônibus não disponibilizarem de recurso para o transporte, causando assim transtornos a vida do cadeirante.

As barreiras curriculares dizem respeito aos obstáculos encontrados no processo de ensino-aprendizagem, postura do professor, sua metodologia, e sua maneira de avaliar, todas essas questões podem ajudar ou dificultar o desenvolvimento dos alunos, sobretudo alunos com deficiência. A escola precisa se adequar a este aluno, adequar às metodologias e ambiente escolar para atender as necessidades de cada um.

Muitos são os problemas que encontramos quando o assunto é competência. De alunos e professores. Palavra mágica e simbólica, que hoje perpassa cadernetas e planejamentos. Competência como pressuposto; competências como metas. Estimulando caminhos, mas – ao mesmo tempo – introduzindo também competições, conflitos, e desresponsabilizações, há uma busca muito grande por cumprir metas, e quem não se encaixa neste modelo, acaba sendo prejudicado, por não se adequar aos padrões. Devemos, portanto levar em conta as necessidades dos alunos com deficiência e suas especificidades, buscando a melhor forma de ajuda-los a não concluir essas metas, mas a construir a sua aprendizagem respeitando seu tempo, e conhecendo e valorizando as suas potencialidades.

Quanto às barreiras nas comunicações e na informação o Decreto (5.296), em seu artigo 8, as discrimina como sendo:

Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Podemos perceber que as Leis descritas acima são de grande importância por definir critérios para a acessibilidade dispondo penalidades no descumprimento das normas a fim de garantir a todos os indivíduos uma equidade, ou seja, condições igualitárias de acesso aos serviços e direitos ofertados a sociedade, assim como também possibilitando a participação de todos nas atividades sociais, sem que pessoas sejam impedidas de alguma atividade por falta de acessibilidade, mas para isto é preciso que as adequações sejam seguidas em vigor da Lei.

Os princípios para acessibilidade definidos por leis são: Desenhos Equitativos, Flexibilidade de Uso, Informação Perceptiva, Contém Elementos que Diminuem o Perigo, Exige Pouco Esforço Físico.

Desenhos Equitativos é todo espaço que oferece condições de acesso a todos de forma igualitária, seja ele baixo, alto, usando cadeiras de rodas, bengalas, sendo deficientes, que tenham limitações ou não. Como por exemplo, uma arquibancada de um campo de futebol, que seja adequado para que pessoas de tamanhos diferentes possam ter uma visão igual do mesmo jogo, garantindo a todos o mesmo acesso.

Já a Flexibilidade de uso é algo que se adapta ao uso de qualquer indivíduo; neste princípio enquadrasse qualquer equipamento, bens ou serviços, estes devem oferecer possibilidade de uso para qualquer indivíduo.

Outro princípio bastante importante é a Informação Perceptiva que são as comunicações que com eficácia levam a informação necessária ao usuário de forma limpa e coerente, sem este princípio as informações podem não chegar ao cidadão ou chegar de forma confusa, fazendo com que ele seja excluído de algum serviço público, ou de uso comum, ou impossibilitando de receber alguma informação necessária ao entendimento sobre algum aprendizado, como por exemplo, um cartaz em que as informações sejam muito pequenas pode impedir a pessoa com baixa visão de identificar a informação.

Assim como o princípio anterior o princípio Contém Elementos que diminuem o Perigo, são elementos que informam de forma acessível a todos, precauções a ser tomadas acerca algo que traga perigo ao indivíduo, como exemplo, o sinalizador sonoro para o cego, que o auxilia a atravessar uma rua com segurança.

Por fim temos princípio Exige Pouco Esforço Físico estes são definidos como sendo: aqueles que exigem mínimo possível de esforço físico, lugares que sejam planos, ou que tenham um elevador para que a pessoa que use muleta não precise se esforçar excessivamente para subir em uma escada.

O avanço alcançado com as leis e decretos trouxeram inúmeros benefícios para este grupo social, isto só foi possível por meio de uma mobilização, em meio a muitas lutas para que se chegasse a estas conquistas, porém devemos vencer em todos os dias essas barreiras, e, sobretudo lutar para que o que está sendo garantido em lei seja efetivado. Neste sentido acredito que as barreiras de maior entrave sejam as atitudinais, pois só mudando a forma como trabalhamos isso em nosso convívio social é que teremos uma melhora na inclusão e maior participação destes indivíduos em nossa sociedade.

No que diz respeito às barreiras urbanísticas, são os espaços físicos de locomoção como edificações. Tais espaços não estão sendo cumpridas as Leis que garantem a acessibilidade da pessoa com deficiência, que fazem uso desses espaços não possuem em sua maioria nenhuma condição para ser transitado com segurança sem riscos de acidentes tanto para as pessoas com deficiência quanto para qualquer outro pedestre que necessite utilizar daquele espaço. As edificações são os prédios que por maiores que sejam devem em seus espaços disponibilizarem de todo o aparato para dar condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência, e para as edificações que já tenha sido construído a Lei dispôs de prazos para que a adaptação aconteça, mas o que pode se ver é muitos estabelecimentos indo de encontro à garantia desse direito que está previsto em Lei.

Com relação aos transportes equipamentos que auxilie o acesso da cadeira de roda, ou sinais sonoros etc. por mais que existam faltam muitas melhorias a serem feitas, pois vemos transporte sem condições de fazer a locomoção de pessoas em cadeiras de rodas, por causa de muitos equipamentos estarem quebrados ou os próprios ônibus não disponibilizarem de recurso para o transporte, causando assim transtornos a vida do cadeirante. Nas comunicações e informações, elemento da urbanização, mobiliário urbano, ajuda técnica (qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal da pessoa com deficiência), edificações de uso público, edificações de uso coletivo, edificações de uso privado e o desenho universal é um conjunto de princípios que devem ser aplicados em qualquer edificação, seja ela pública ou privada, ou seja, qualquer empreendimento, edificação, para ser construída nos dias atuais precisa atender a esses princípios para terem o funcionamento aprovado.

Alguns princípios definidos para garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência são regidos por Leis como: Desenhos Equitativos que são espaço que possuam possibilidades de acesso de todos, seja ele baixo, alto, usando cadeiras de rodas, bengalas, sendo deficientes, que tenham limitações ou não; Flexibilidade de uso algo que se adapta ao uso de qualquer indivíduo; Informação Perceptiva são as comunicações que com eficácia levam a informação necessária ao usuário de forma limpa e coerente; outros que contenham elementos que diminuem o Perigo como exemplo, o sinalizador sonoro para o cego, que o auxilia a atravessar uma rua com segurança; e por fim aqueles que exigem mínimo possível de esforço físico, lugares

que sejam planos, ou que tenham um elevador para que a pessoa que use muleta não precise se esforçar excessivamente para subir em uma escada.

As Leis de acessibilidade ainda estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade outra limitação. O interessante dessa lei é que atende a todo indivíduo que pode ser um deficiente, ou que possua qualquer limitação, seja ela temporária ou permanente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender o que é deficiência física e mobilidade reduzida, as suas definições/conceitos, sobre a deficiência, o que as Leis, decretos, documentos oficiais do Brasil falam sobre o assunto. Com esse estudo pudemos perceber a enorme lacuna existente em nossa sociedade no que se refere acessibilidade. Há anos a pessoa com deficiência física enfrentam barreiras que dificultam a sua vida e a sua liberdade de ir e vir, barreiras essas que estão nos ambientes, se não em todos, mas em boa parte deles principalmente os ambientes públicos que deveriam zelar pela integridade física dos seus usuários, que lutam todos os dias pelos direitos básicos, direito esse que nos é dado e resguardado em nossa carta magna a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 5º direitos fundamentais para o bem esta dos cidadãos da nação.

A história Brasileira vem sendo marcada por enumeras barreiras, a sociedade não aceita a pessoa com deficiência como alguém que possuem direitos e deveres como qualquer outro cidadão. Nessa concepção vemos a luta da pessoa com deficiência em conseguir seu espaço que é de direito na sociedade, o enfrentamento se torna constante, pois diariamente as pessoas com deficiência encaram esses obstáculos.

Percebemos diante da pesquisa feita no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba barreiras que vão além da arquitetônica com seus ambientes precários, que foram construídos há anos e que não dá nenhuma assistência e acesso de qualidade para a pessoa com deficiência física, a outras barreiras que geram exclusão dificultando a interação da pessoa com deficiência.

Fizemos uso de dados colhidos da ABNT NBR 9050 de 2015 com medidas colhidas dentro dos espaços do CE para nortear nosso trabalho acerca da acessibilidade dentro do ambiente acadêmico que nos puderam mostrar as diferenças existentes entre o que consta na Lei e o que é executado dentro da Universidade. Outra forma metodologia que utilizamos foi, de entrevistas semiestruturadas com três professoras do CE que possuem deficiência física para que elas pudesse nos relatar o que vivenciam todos os dias no seu ambiente de trabalho com relação à acessibilidade e as barreiras enfrentadas por elas.

Por meio dos relatos das professoras e dos dados analisados do espaço do CE percebemos as frustrações das entrevistadas diante das barreiras arquitetônicas, atitudinais: Professora 2 *“...Geralmente bate, geralmente ninguém mais respeita, então assim, aqui no centro é muito interessante as coisas, a questão de andar aqui no centro, trafegar no centro, quando passo aqui no corredor. Geralmente, assim eu vou dizer uma coisa que vocês vão ri. Geralmente eu dou a vez ao pessoal. Porque fica aquela agonia atrás de mim falando besteira e eu já vivo cheia dessas coisas.”*

Entre outras, que fazem do seu local de trabalho um entrave na sua atividade profissional, implicando em sua autonomia e desfavorecendo a sua total participação nas atividades da academia, como constamos no conto de uma das professoras entrevistadas que diz o seguinte:

Professora 2 *“...então eu penso 5 vezes, porque tem que pensar em toda uma logística, quem é que vai me levar? Quem que vai comigo, quem vai me acompanhar? Quem é que vai me trazer? Ai você fica lá. Você fica lá no auditório, na flambes você fica o tempo todinho lá sentada. E se der vontade de ir ao banheiro e agora como vai ser? Quem vai me levar? Então você pensa numa logística todinha de banheiro, de beber água e comer. De viver essa vida acadêmica aqui. Porque é uma logística que não combina com a nossa vida de deficiência porque não combina porque é o local que não combina é um ambiente que... porque se eu tiver vontade de ir no banheiro eu vou sair porque eu vou ter que chamar uma pessoa aqui que ta assistindo , atrapalhar a pessoa...”*

Segundo as professoras as dificuldades começam ao chegarem ao CE por não haver um estacionamento mais próximo ao bloco prolongando assim o seu percurso e por mais que tenha esse estacionamento às pessoas não respeitam as vagas para deficiente. Onde elas colocam como grandes barreiras às atitudes daqueles que frequentam os CE tanto alunos quanto os próprios colegas que não respeitam o outro.

Os espaços do Centro de Educação e da universidade são repletos de barreiras arquitetônicas que dificultam a locomoção das professoras com deficiência ocasionando com certa frequência, riscos de queda, acidentes graves, dada as barreiras mínimas que sejam como: lixeiras, tapetes, motos e buracos, sem a devida proteção para pessoas que tem dificuldade de se locomover.

Diante disto, compreendemos que a luta das pessoas com deficiência esta presente em todos os espaços e que a universidade não foge a essa constatação, que a tomada de consciência de garantir a acessibilidade não deve partir de uma pequena parte da sociedade e sim de todos (*o pensar macro e agir micro*) de cada de nós como cidadãos...

A questão arquitetônica é muito importante na vida da pessoa com deficiência, porém os maiores entraves são as formas como estas pessoas são tratadas, em uma fala das professoras ela falou que a lei que rege é a do mais forte, esse realmente é fato histórico em nossa relação social, as pessoas querem sempre estar a frente, querem o sucesso pessoal. Entretanto não podemos deixar que atitudes como estas atrapalhe a vida das pessoas, é preciso ações concretas para a melhoria na acessibilidade, na mobilidade, em todos os segmentos, seja ele arquitetônico ou não.

Vimos que os problemas são diversos, porém a dificuldade maior é que o ser humano só começa a entender mais as coisas quando passam na pele a situação, por exemplo, ***“ lecionando por 7 anos sempre tive a consciência de facilitar o trabalho da limpeza, porém eu só passei a entender melhor como facilitar mais esse trabalho quando iniciei a trabalhar na limpeza, pois vivenciei a rotina dessa profissão,*** do mesmo modo acontece com a rotina da pessoa com deficiência que passam por dificuldades inimagináveis para as pessoas sem a deficiência, é como relata a professora 2 “...pensar com a cabeça da gente...”. Pensar com a cabeça de uma pessoa com deficiência é se preocupar com a mobilidade em todos os ambientes, é tentar imaginar como seria se um cadeirante fosse ultrapassar aquela via, como seria se uma pessoa de bengala fosse percorrer todo aquele percurso com o piso cheio de crateras ou escorregadio. As dificuldades têm proporções diferentes, algumas precisam de tempo, outras de recursos, de modificações, mas algumas são simples de se resolver como por exemplo um piso refeito, a retirada de um mobiliário em um espaço que atrapalhe a pessoa com deficiência. No Centro de Educação, há obstáculos que precisam de uma investitura maior como a aproximação do estacionamento para sanar as dificuldades de locomoção das professoras, ou um obstáculo mais simples como alocar os professores com mobilidade reduzida em uma sala mais próxima. Deste modo sugerimos que seja feito um trabalho de inserção dessas pessoas no processo de

busca de mudanças no centro, para que as mesmas possam fazer parte da luta por melhorias, que não iram só beneficia-las visto que um universidade acessível é uma universidade dinâmica e muito mais produtiva, pois terá mais plenitude na participação políticas dos indivíduos. Sugerimos ainda que se pense formas de discussão a respeito desses entraves assim como um maior envolvimento de todos por estas mudanças.

Compreendemos que esta pesquisa não se dá por finalizada, pois a cada dia surge um novo elemento que precisa ser considerado, estudado. Toda via esperamos que contribua para a inquietude motivando outras pesquisas nesse sentido.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em: 05 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002: dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

FEDERAL. Senado: Constituição Federal (Texto promulgado em 05/10/1988). Art. 227. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_227\\_.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_227_.asp)>. Acesso em: 03 de maio de 2016

FEDERAL. Senado: Constituição Federal (Texto promulgado em 05/10/1988) Art. 5º. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_5\\_.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_.asp)>. Acesso em: 03 de maio de 2016

*hemi-* in Dicionário da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consulta. 2016-09-05 22:49:07]. Disponível na Internet: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/hemi->>

HUMANOS. Secretaria de Direitos. Presidência da República: Pessoa com Deficiência. Legislação. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/legislacao>. Acesso em 5 de maio de 2016

LANCHOTI, José Antonio. Orientações Técnicas sobre Acessibilidade e Design Inclusivo. Rio de Janeiro, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Cadernos da educação especial: Deficiência mental e física. N1. 1998. <<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>>

*Paresia* in Dicionário da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consulta. 2016-09-05 22:58:39]. Acesso em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/paresia>>

REPÚBLICA. Presidência da. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10048.htm). Acesso em: 03 de maio de 2016

REPÚBLICA. Presidência da. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098). Acesso em: 03 de maio de 2016

SANTIAGO, Sandra A. S. Texto de apoio ao curso de pedagogia, disciplina Avaliação e procedimentos de intervenção. Sobre as deficiências. UFPB. (pg. 1/3)

TEIXEIRA, Luzimar. Deficiência física: definições, classificações, causas e características. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica.pdf> Acesso em 09 de maio de 2016.

TEXEIRA, L. Texto de apoio curso de especialização. Atividade física adaptada e saúde. São Paulo. 19

USP. Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> Acesso em 5 junho de 2016.